

Passando o pente fino

Institutos dos servidores ampliam a realização de censos previdenciários com o objetivo de cortar os gastos com benefícios irregulares e melhorar base de dados

MONIQUE AZEREDO

Com o objetivo de cortar despesas com pagamento de benefícios, reduzindo o custo da previdência para estados e municípios, os regimes próprios de previdência (RPPS) estão ampliando a realização de censos previdenciários em todo o país. Em um cenário de dificuldades de arrecadação, devido à crise fiscal e econômica, o objetivo é combater fraudes e corrigir possíveis distorções a partir da melhoria da qualidade dos dados cadastrais. O censo é obrigatório e a recomendação do Ministério da Previdência é de que seja realizado regularmente ou, no máximo, a cada cinco anos.

O Instituto de Previdência de Santa Catarina (Iprev/SC) vive um momento de incerteza devido à grande defasagem constatada nos últimos relatórios atuariais referente ao cadastro dos segurados, o que aumenta ainda mais a possibilidade de processos irregulares devido à dificuldade de monitoramento. Diante disso, o Instituto vai realizar um censo previdenciário em todo o Estado a fim de regularizar o cadastro geral do segurado e buscar um controle mais eficaz sobre a gestão dos recursos.

Renato Luiz Hinnig, presidente do Iprev de Santa Catarina, conta que o último relatório apontou que 45% dos servidores estaduais ativos não possuem dependentes. O número ficou muito abaixo daquele apontado pelos levantamentos anteriores. “Essa defasagem colocou em xeque todos os cálculos e projeções dos pagamentos

de benefícios futuros, causando no Instituto uma perigosa cegueira em relação ao futuro”, diz. O dirigente ressalta ainda os frequentes registros de denúncias sobre pensões e aposentadorias irregulares.

Para intensificar a prevenção e fiscalização dos processos de aposentadorias e pensões, o regime próprio dos servidores catarinenses está buscando

uma parceria com a Polícia Civil no combate a fraudes na previdência. “A investigação e resolução de casos concretos onde ocorreram crimes contra a previdência do Estado vem ao encontro da promoção da recuperação de quantias e valores pagos indevidamente. A polícia civil tem papel fundamental em dar celeridade à resolução dos casos”, destaca.



Renato Hinnig, Iprev-SC: censo permitirá maior economia e racionalidade na utilização dos recursos do RPPS

Hinnig está confiante que a execução do censo previdenciário permitirá maior economia e racionalidade à utilização dos recursos do regime próprio. Ele ressalta que somente a folha de pensionistas representa R\$ 70 milhões por mês ao Instituto. “Se o censo e a fiscalização apontarem inconsistências de 1%, ao final do ano já teremos mais de R\$ 8 milhões de economia”. A expectativa é de que com o censo sejam recadastrados 70% dos servidores. O corte dos gastos será propiciado a partir da análise e identificação das deficiências que eventualmente venham a ocorrer.

Em 2015 o Iprev/SC arrecadou o montante de R\$ 1,84 bilhão e o número de servidores ativos estava em 67,4 mil. Os servidores inativos eram 52,3 mi, além de 10.8 mil pensionistas. A despesa decorrente do pagamento de aposentados e pensionistas no ano passado foi de R\$ 4,49 bilhões, o que representou uma insuficiência de R\$ 2,66 bilhões.

RENDA COM IMÓVEIS – Para reduzir as despesas e o desequilíbrio com as contas, que cresce em torno de R\$ 500 milhões por ano, Hinnig revela que o Iprev/SC está reformando os imóveis pertencentes ao Instituto para que possam ser alugados. “Também estudamos a criação de um fundo de investimentos e participações lastreado na carteira de imóveis do Estado, uma ideia que partiu do próprio Iprev/SC mas que já recebeu a atenção e o interesse do Governo do Estado”, diz

Em termos estruturais, Hinnig revela que está em processo de licitação um sistema informatizado de gestão previdenciária que, segundo ele, representará uma revolução sem precedentes na história da previdência catarinense. “Pretendemos tornar o Iprev/SC funcional e menos burocrático, o que já trará benefícios financeiros relevantes



Marcelo Horn

Gustavo Barbosa, Rioprevidência : processos de auditoria já resultaram em corte de R\$ 370 milhões anuais em gastos previdenciários

existentes e identificamos que mais de 7 mil eram casadas. Suspendemos essas pensões”, diz Barbosa.

O dirigente explica que também foram suspensas as pensões de legatários, um antigo benefício que foi declarado inconstitucional, mas que o Rioprevidência continua pagando. “Estamos nesse momento chamando os pensionistas viúvos para recadastramento. Identificado alguma irregularidade no benefício, nós iremos suspendê-lo”, afirma.

CRUZAMENTO COM MUNICÍPIOS – A autarquia também está fazendo o cruzamento de dados com RPPS de outros municípios para identificar duplicidade de benefício ou outra irregularidade. Foram realizados convênios com a cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Distrito Federal, os municípios de Queimados, Nova Iguaçu, Sapucaia, Caxias e Cantagalo. Já foram suspensos mais de 50 benefícios, o que está gerando uma redução anual próxima a R\$ 1 milhão.

O Rioprevidência está buscando alternativas para o censo previdenciário que minimizem o seu custo, tendo em vista as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado do Rio de Janeiro, inclusive para o pagamento das aposentadorias e pensões. Em 2012, a autarquia finalizou o censo através do Programa Identidade Funcional, e na ocasião foram suspensos mais de 5 mil pagamentos assistidos.

Segundo a avaliação atuarial do ano de 2015, o Rioprevidência conta com compromissos previdenciários

com o combate ao desperdício e a burocracia”, ressalta.

AUDITORIA NO RJ – Já o Rioprevidência, responsável pela gestão do sistema previdenciário do Estado do Rio de Janeiro, que inclui 222 mil servidores ativos e 223 mil aposentados e pensionistas, vem realizando, desde 2012, uma auditoria sistemática dos benefícios de pensão e aposentadoria para identificar possíveis irregularidades. O processo de auditoria já gerou mais de R\$ 370 milhões anuais de redução das despesas previdenciárias.

Gustavo Barbosa, presidente do Rioprevidência, cita como exemplo as pensões de “filhas maiores”, que são aquelas pensionistas que recebem o benefício deixado pelo pai ou pela mãe, desde que não se casem ou tenham união estável. “Nesse caso, chamamos as 32 mil “filhas maiores”



Heliomar Santos, Aepremej importância dos censos para cobrar compensações previdenciárias



Marcelo Magaldi, Manausprev: base sólida para cálculo atuarial correto

da ordem de R\$ 214 bilhões, enquanto os ativos somam apenas R\$ 34 bilhões. O déficit de recursos gira em torno de R\$ 180 bilhões. Como característica principal dos ativos previdenciários da autarquia, há as receitas de royalties e participações que representam mais de 25% das receitas anuais (antes da queda do barril de petróleo chegou a ser mais de 50% das receitas do Fundo). “Para esse ano, há uma insuficiência financeira, pois as receitas não irão suprir as despesas. O Tesouro Estadual deverá aportar recursos na ordem de R\$ 12 bilhões”, diz.

A arrecadação de contribuição previdenciária patronal e do servidor para este ano será de R\$ 4,9 bilhões e o valor da despesa decorrente do pagamento de aposentados e pensionistas será de R\$ 17,2 bilhões.

MANAUS – A Manaus Previdência é outro Instituto que já deu início, desde fevereiro, à realização do censo previdenciário. O censo está sendo realizado pela Prefeitura de Manaus e já atingiu a marca dos 10 mil recenseados, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. Isto representa pouco mais

de um terço da massa a ser atingida, de 28,7 mil pessoas.

A meta é cadastrar 90% dos servidores. O último censo foi realizado em 2010, mas a ação não foi efetiva para atualizar a base cadastral dos servidores municipais. “Com a atualização da base cadastral, vamos poder realizar estudos e projeções de resultados financeiros e atuariais e propor medidas que vão permitir a manutenção do equilíbrio do Ente e da Previdência Municipal”, diz Marcelo Magaldi Alves, diretor-presidente da Manaus Previdência. O dirigente mostra como exemplos as alterações nos parâmetros de segregação de massas que poderão ser solicitadas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social após o processo e análise dos dados do censo.

“O principal objetivo é construir uma base sólida com os dados atualizados de todos os servidores efetivos para obtermos um cálculo atuarial o mais correto possível”, afirma Magaldi. Ele explica que se o atuário trabalha com base desatualizada, acaba utilizando premissas conservadoras que podem não refletir o resultado real.

Com uma base de dados atualizada,

as premissas e os resultados alcançados são mais eficientes. “O regime próprio é mantido com recursos dos servidores e de impostos que o município arrecada. Se um regime possui elevados superávits atuariais, com cálculos elaborados com premissas conservadoras, isso implica sacrifício maior que o necessário por parte do Tesouro Municipal para manter o equilíbrio previdenciário. Estamos buscando equilíbrio sustentável ao Ente e a Previdência”, conta.

Na contramão de muitos Regimes Próprios, a Manausprev encontra-se em equilíbrio financeiro e atuarial. O Instituto, que está completando 10 anos de existência, é hoje o maior regime próprio de previdência dos municípios da região norte do país, e conta com uma carteira de investimentos de cerca de R\$ 800 milhões de reais. Segundo projeções do instituto, a carteira deve atingir R\$ 1 bilhão em agosto deste ano. O Certificado de Regularidade Previdenciária está válido até 25 de maio de 2016. “Estamos cumprindo todas as determinações do Ministério da Previdência Social, e a instituição encontra-se em equilíbrio financeiro e com superávit atuarial”, destaca.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Heliomar Santos, presidente da Associação dos RPPS do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem) destaca que a realização de censos previdenciários permite agilizar a troca de informações entre o Regime Geral da Previdência (setor privado), com os Regimes Próprios (setor público). “É importante para permitir maior controle na concessão das aposentadorias e pensões, além de cobrar do INSS as compensações previdenciárias daqueles que trabalharam no setor privado”, diz.

O representante explica que é imprescindível contar com um banco de dados atualizado, que possa identificar também os números de recolhimento dos benefícios concedidos ao regime

geral, e também dos servidores que têm a contribuição ao INSS. Isso vai gerar futuramente uma compensação previdenciária maior, pois pode projetar na avaliação atuarial e diminuir os aportes desnecessários do Executivo para o Regime Próprio. Trata-se de uma forma de um ajuste fiscal e de diminuir as despesas do Executivo”, ressalta.

SANTO ANDRÉ (SP) – O Instituto de Previdência de Santo André (SP) já iniciou a realização do censo previdenciário desde o mês de fevereiro último. O censo deve envolver 27 mil pessoas (14 mil servidores, aposentados e pensionistas e 13 mil dependentes - segurados assistidos). Deste número, cerca de 70% a 75% já foram recenseados.

Remigio Todeschini, diretor-exe-

cutivo do Instituto de Previdência de Santo André, diz que estão na fase de conferência de todos os documentos exigidos dos aposentados e pensionistas, a fim de ter o balanço da prova de vida. Ele destaca que, através do censo, está sendo possível preencher dados de CPF faltantes de dependentes previdenciários que não constavam no cadastro do Instituto. “Cerca de 2,2 mil dependentes não apresentavam a informação de CPF. Agora os cadastros estão sendo completados”, diz

Todeschini ainda ressalta a oportunidade de integrar os diversos bancos de dados existentes entre os diversos entes da Prefeitura, como a Semasa (Serviço de Saneamento Ambiental), a Câmara Municipal, o Serviço Funerário, a CRAISA (Companhia de Abastecimento de Santo André), e o próprio servidor ativo da Prefeitura”.



A P E X
C A P I T A L LTDA

- Buscamos excesso de retorno de forma consistente
- Profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro
- Mais de 60% da base de clientes são investidores institucionais
- Investimos com horizonte de longo prazo sem perder de vista os fatores que afetam o curto prazo

A APEX CAPITAL NÃO COMERCIALIZA NEM DISTRIBUI QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS OU QUALQUER OUTRO ATIVO FINANCEIRO. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE MATERIAL SÃO DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INFORMATIVO. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM A GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDOS, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO, OU AINDA DO FUNDO GARANTIDOR DE CREDITO - FGC. OS FUNDOS DE AÇÕES PODEM ESTAR EXPOSTOS A SIGNIFICATIVA CONCENTRAÇÃO EM AÇÕES DE POUCOS EMISSORES, COM OS RISCOS DAU DE CRESCIMENTOS. A RENTABILIDADE BRUTA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. LER O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. Adm./ Distr: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. CNPJ: 02.201.501/0001-61 | Av. Pres. Wilson, 231, 11º and., Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-905. Tel.: (21) 3219-2998. Fax (21) 3974-4501 www.bnymellon.com.br/sf | SAC: "Fale Conosco" www.bnymellon.com.br/sf ou (21) 3974-4600, (11) 33050-8010, 0800 725 3219 Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800 7253219



A presente instituição adere ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

www.apexcapital.com.br

Tel.: (55 11) 5054-5540

Fundos adaptados à resolução 3.792 e 3.922